

---

# MEGATENDÊNCIAS MUNDAIS 2030

---

## E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA REFLEXÃO PRELIMINAR SOBRE A “NOVA AGENDA” DAS NAÇÕES UNIDAS\*

---

Giovanni Hideki Chinaglia Okado, Larissa Quinelli

*Resumo: este artigo propõe analisar a interação entre as megatendências mundiais 2030, isto é, eventos que provavelmente impactarão os próximos anos, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pelas Nações Unidas em 2015. A análise está subdividida em quatro seções. Na primeira delas, procura-se apresentar uma moldura teórico- conceitual, agregando a Prospectiva Estratégica e as Relações Internacionais, para melhor compreensão do objeto de estudo. Na segunda, delineiam-se as megatendências mundiais 2030 em cinco dimensões: população e sociedade, geopolítica, ciência e tecnologia, economia e meio ambiente. Na terceira, contextualiza-se o surgimento dos ODS, retomando a agenda anterior dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). E, na última seção, avalia-se a interação entre as megatendências 2030 e ODS, considerando as convergências e divergências entre eles.*

*Palavras-chave: Prospectiva Estratégica. Relações Internacionais. Megatendências mundiais. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).*

2030 GLOBAL MEGATRENDS AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS): A PRELIMINARY REFLECTION ON THE “NEW AGENDA” UN

*Abstract: this article aims to analyze the interaction between the 2030 global megatrends, i.e., events that probably will impact the coming years, and the Sustainable Development Goals (SDGs), launched by the United Nations in 2015. The analysis is subdivided into four sections. First, present a conceptual theoretical framework, adding the Strategic Foresight and International Relations to better understand the object of study. Second, outlined 2030 global megatrends in five dimensions: population and society, geopolitics, science and technology, economy and environment. Third, it contextualizes the emergence of SDGs, resuming the previous agenda of the Millennium Development Goals (MDGs). And finally, in*

*the last section, we evaluate the interaction between 2030 megatrends and SDBs, considering the similarities and differences between them.*

*Keywords: Strategic Foresight. International relations. Global Megatrends. Sustainable Development Goals (SDGs).*

## MEGATENDENCIAS GLOBALES 2030 Y LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS): UNA REFLEXIÓN PRELIMINAR SOBRE LA “NUEVA AGENDA” DE LA ONU

*Resumen: este artículo tiene como objetivo analizar la interacción entre las grandes tendencias globales 2030, o sea, eventos que probablemente tendrán un impacto en los próximos años, y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), lanzado por las Naciones Unidas en 2015. El análisis se subdivide en cuatro secciones. En la primera, trata de exhibir un marco teórico conceptual, añadiendo la Prospectiva Estratégica y Relaciones Internacionales, para comprender mejor el objeto de estudio. En la segunda, se describen megatendencias globales 2030 en cinco dimensiones: la población y la sociedad, la geopolítica, la ciencia y la tecnología, la economía y el medio ambiente. En la tercera, se contextualiza la aparición de ODS, la reanudación de la agenda previa de los objetivos de desarrollo del Milenio (ODM). Y, por último, en la última sección, se evalúa la interacción entre megatendencias 2030 y ODS, teniendo en cuenta las similitudes y diferencias entre ellos.*

*Palabras clave: Previsión Estratégica. Relaciones Internacionales. Megatendencias Globales. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).*

O futuro é uma inquietação constante que circunda a imaginação humana. Ele não é simplesmente fruto repentino do acaso nem da antevisão afortunada do porvir. O futuro é uma construção<sup>2</sup>. E, como todo empreendimento humano, não é a-histórico ou peremptório. Ele é moldado por elementos subjetivos e objetivos, presentes ou passados, que estão sujeitos aos desígnios do tempo e do espaço. O desafio intelectual que a dúvida – e por que não a curiosidade – imanente do amanhã impõe é como estudá-lo de maneira científica. Essa necessidade levou ao desenvolvimento da Prospectiva Estratégica em meados do século XX.

De lá para cá, diversos governos, *think tanks*, institutos e núcleos de pesquisa, empresas, consultorias e organizações não governamentais (ONGs) dedicaram-se ao estudo do futuro, por meio da utilização de ferramentas da Prospectiva Estratégica. Muitas publicações foram realizadas, cada qual incorporando as visões de mundo e as intenções de seus formuladores ou demandantes. Nem todas essas publicações, a despeito de sinalizar rumos para o futuro, conduziram a agendas específicas. Igualmente, nem todas as agendas específicas são pautadas por um estudo prospectivo, como parece ser o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esses objetivos foram lançados oficialmente na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, e em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS constituem a “nova agenda universal” (UN, 2015) de desenvolvimento. É preciso cautela quanto a essa novidade. Trata-se, na verdade, da renovação ou da ampliação de compromissos outrora assumidos, e ainda inconclusos, sob uma nova indumentária semântica, agora intitulada Agenda 2030. Ela é, portanto, uma agenda para o futuro e, como tal, convém investigar se os ODS estão relacionados com eventos que tendem a ocorrer nos próximos quinze anos.

O propósito deste artigo é analisar, preliminarmente, a interação entre as megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas megatendências são extraídas da publicação recente “Megatendências mundiais 2030: O que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?” (MARCIAL *et al.*, 2015), que realizou um mapeamento de eventos passíveis de ocorrência no horizonte temporal em tela. Essa análise contribui tanto para refletir sobre as possibilidades e potencialidades de execução dos ODS até 2030 quanto para avaliar se esses objetivos lidam com os principais problemas mundiais que tendem a impactar as próximas décadas.

O estudo é conduzido por meio da revisão bibliográfica e da análise documental e se subdivide em quatro seções, seguidas de uma breve conclusão. Na primeira seção, de caráter teórico-conceitual e metodológico, apresentam-se conceitos da Prospectiva Estratégica e se demonstra uma aproximação inicial entre essa disciplina e as Relações Internacionais. Na segunda seção, delineiam-se as megatendências mundiais que tendem a ocorrer até 2030. Na terceira seção, discorre-se sobre a transição da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E, finalmente, analisa-se se há interação entre as megatendências mundiais 2030 e esses objetivos da “nova agenda” de desenvolvimento pós-2015.

## PROSPECTIVA ESTRATÉGICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A DIALÉTICA DE IMAGINAR O FUTURO

A Prospectiva Estratégica e as Relações Internacionais são duas disciplinas relativamente jovens no universo científico e acadêmico. A primeira delas está para completar seu sexagenário, ao passo que a segunda está próxima de seu centenário<sup>3</sup>. Há aspectos em comum entre ambas, porém, ainda pouco explorado pela literatura ou pesquisa científicas<sup>4</sup>. Por um lado, a Prospectiva Estratégica concentra-se, sobretudo, no nível da decisão, abstenendo-se, eventualmente, de problemáticas que circunscrevem ou extrapolam o processo decisório. Em outras palavras, ela detém um caráter mais instrumental do que reflexivo. Por outro lado, as Relações Internacionais são marcadas por uma contínua reflexão epistemológica em torno de seu objeto de estudo e de como estudá-lo (GONÇALVES, 2003; JABRI, 2008). Essa reflexão normalmente apresenta problemáticas, mas que se restringem ao universo cognitivo, carente de uma finalidade prática. Falta-lhe, nesse sentido, instrumentalidade.

Não se pretende, aqui, preencher as lacunas para o entrelaçamento entre as duas disciplinas. É suficiente destacar que a Prospectiva Estratégica e as Relações Internacionais complementam-se e se reforçam mutuamente, aliando a instrumentalidade da decisão à reflexão abrangente e contínua. A aproximação entre essas disciplinas ocorre quando se trata de pensar o futuro. Para a Prospectiva Estratégica, resta claro que o futuro não é apenas seu objeto de estudo, senão também a sua razão de ser. Godet e Durance (2011) consideram que ela condiciona a antecipação à ação com base nos futuros possíveis e desejáveis, estabelecendo os meios reais para alcançá-los. Esse processo pode levar à elaboração de cenários prospectivos<sup>5</sup>, os quais, por delimitação metodológica, não são discutidos neste artigo.

As Relações Internacionais, por sua vez, evoluíram por meio dos chamados Grandes Debates. Interessa a este artigo o último deles, considerado o Quarto Debate para a maioria dos analistas internacionais, que teve início entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990<sup>6</sup>. A superação da Guerra Fria no imaginário político mundial rompeu com a monotonia intelectual da disciplina, principalmente porque as teorias do chamado *mainstream*, realismo e liberalismo – e suas versões “neo” –, perderam grande parte de suas dimensões explicativas e preditivas com o colapso soviético. Essas teorias assumiam a condição de profecias autor-realizáveis e, ampliando a crítica de Booth (2007), elas apresentavam respostas pré-dispostas para questões pré-definidas. Sob essa ótica teórica, o futuro consistia na reprodução quase automática de práticas do presente, as quais já incorporavam as experiências do passado.

A década de 1990 abriu a possibilidade de um novo experimentalismo teórico nas Relações Internacionais. A descrição, a explicação, a interpretação e até mesmo a previsão não deixaram de pertencer à natureza do exercício teórico. A diversidade de temas e agendas tornou-se a novidade e ensinou tanto a coexistência teórico-conceitual (GRIFFITHS, 2007) quanto o que Dunne et al. (2013) denominaram de pluralismo integrativo. A combinação de teorias e conceitos, e não o monolitismo, permite uma interpretação mais completa e integrada de determinado tema. Essa combinação pode se estender ou incorporar teorias e conceitos de outras áreas do conhecimento, como a Prospectiva Estratégica, uma vez que a essência das Relações Internacionais é interdisciplinaridade. O futuro, em meio a esse novo ambiente teórico, pode ser considerado uma construção social, não mais predeterminado, e sim endógeno àqueles que o constroem.

Tendo em vista que a aproximação entre a Prospectiva Estratégia e as Relações Internacionais não só é possível, como também é necessária, esta seção propõe uma moldura conceitual para a análise subsequente por intermédio da combinação de conceitos das duas disciplinas. Da primeira, seleciona-se o conceito de sementes de futuro (MARCIAL, 2011), para combinar com o conceito, da segunda, de co-constituição entre agente e estrutura. A opção por conceitos capazes de aglutinar outros conceitos viabiliza essa análise metodologicamente.

As sementes de futuro, conforme salienta Marcial (2011), são fatos ou sinais encontrados no passado ou no presente que indicam possibilidades de futuro. Essa simplificação conceitual propicia a incorporação de uma diversidade de conceitos, como tendências de peso (GODET, 1987), fato portador de futuro (GODET, 1987), incertezas críticas (SCHWARTZ, 1996), surpresas inevitáveis (SCHWARTZ, 2003) etc., que podem ser classificados como sementes de futuro. Elas se diferenciam em três aspectos: a) o grau de percepção de seus sinais no passado ou no presente; b) a probabilidade de sua ocorrência no futuro; e c) o grau de impacto gerado por seus efeitos<sup>7</sup>.

A identificação das sementes de futuro é essencial para a elaboração de bons cenários prospectivos. Elas não são cenários. Estes descrevem uma história a respeito do futuro e podem ser construídos por diferentes métodos, cada qual privilegiando determinada(s) semente(s) de futuro<sup>8</sup>. Daí, mais uma vez, a importância de se pensar primeiramente nas sementes de futuro, cuja identificação e posterior análise sistêmica possibilitam não só a construção de cenários, como também novos agrupamentos entre elas, em consonância com a finalidade do estudo em questão. Uma forma de reagrupar sementes de futuro previamente identificadas e analisadas foi realizada por Marcial et al. (2015), com a apresen-

tação das megatendências mundiais para 2030. Esse termo representa a tendência de peso que sintetiza a ideia força de sementes de futuros reagrupadas. Trata-se de eventos que já estão em curso e cujos efeitos tendem a impactar os próximos quinze anos.

O complemento ao estudo das sementes de futuro pode ser encontrado no âmbito de quem as define e como o faz. Aí se constata uma sinergia possível entre a Prospectiva Estratégica e as Relações Internacionais, especificamente com as perspectivas reflexivistas (ou pós-positivistas) da última<sup>9</sup>. A despeito da diversidade teórica e conceitual, uma premissa é unânime: os agentes e as estruturas constituem-se mutuamente. Um não existe sem o outro. Os interesses, entendimentos, expectativas e conhecimentos dos agentes perfazem uma estrutura socialmente compartilhada entre eles, a qual molda a natureza de suas relações e confere significado às práticas deles, individuais ou coletivas (WENDT, 1995; COX, 1981; TICKNER, 2006)<sup>10</sup>.

O futuro pode ser interpretado como uma estrutura endógena aos agentes que refletem sobre ele e, ao mesmo tempo, como a estrutura que molda as relações entre esses agentes, bem como seus interesses, entendimentos, expectativas e conhecimentos. Ele não existe de maneira exógena e material, à espera da descoberta ou da concretização; o futuro é imaterial e já é concebido na própria reflexão. Recordar-se, também, que, sob a égide das perspectivas reflexivistas, não há distinção entre a teoria e a ação. Refletir é agir. Não é uma etapa que antecede à ação, e sim parte constitutiva da própria ação e, portanto, do futuro. A ação reflexiva é um ato constante e prático, definindo e redefinindo o comportamento dos agentes e da estrutura. O problema dessa ação é que as Relações Internacionais ainda carecem de teorias e conceitos para pensar o futuro de maneira organizada e privilegia o nível cognitivo em detrimento da instrumentalidade da decisão. Uma tentativa de suprimir essas ausências é incorporar as sementes de futuro, da Prospectiva Estratégica, à elaboração teórico-conceitual, especificando o recorte metodológico para lidar com elas. Se trabalhadas de forma conjunta nesse recorte, pode-se, por exemplo, identificar megatendências, como tratado neste artigo e objeto da próxima seção.

Complementarmente, é importante observar que toda decisão, mesmo em sua fase reflexiva, redundar de um processo de co-constituição social entre agentes e estruturas. Isso amplia os horizontes da Prospectiva Estratégica. É preciso permanecer atento aos desdobramentos do processo decisório e das injunções conjunturais que afetam permanentemente às decisões, ainda que excedam, por exemplo, sementes de futuro acerca de determinado tema. Além disso, isso reforça a importância da reflexão sobre o futuro, aumentando a responsabilidade em torno dela e a colocando como uma constante no processo decisório. Em princípio, esse próximo decisório pode começar com uma reflexão sobre as principais sementes que afetarão o mundo até 2030, o que se verá a seguir, com a apresentação das megatendências mundiais.

## MEGATENDÊNCIAS MUNDIAIS 2030: UM ENREDO INICIAL DOS PRÓXIMOS QUINZE ANOS

As megatendências mundiais são eventos que já estão em curso, com direção e sentido bem definidos, e cujos efeitos podem se intensificar nos próximos anos. Apenas uma

ruptura, normalmente bastante inusitada, é capaz de quebrar a consolidação desses eventos. Convém adiantar parte do conteúdo que será debatido adiante para melhor ilustração da assertiva. O aumento da população mundial, ultrapassando oito bilhões de habitantes em 2030, é encarado como uma certeza. É inusitado, no entanto, uma doença infecciosa e fatal que possa rapidamente se espalhar pelo mundo, a exemplo da peste negra que assolou a Europa medieval. Essa doença poderia desacelerar, estabilizar ou talvez até inverter a megatendência de aumento populacional. Em razão da altíssima probabilidade de ocorrência (e/ou continuidade), recorrem-se as megatendências para a análise ora proposta.

Esta seção não identifica propriamente megatendências, algo que já foi contemplado no recém-publicado estudo *Megatendências mundiais 2030: O que entidades e personalidades pensam sobre o futuro do mundo?* (MARCIAL et al., 2015). Isso não significa a aceitação incondicional dessas megatendências como um guia prático sobre o futuro. Elas carecem de permanente reflexão pelos agentes, de *policymakers* a indivíduos. A razão que justifica a escolha das megatendências desse estudo para a presente análise é a abrangência sistêmica delas, similar ao escopo dos ODS. Os autores realizaram um mapeamento em quase vinte estudos prospectivos, publicados ao redor do globo terrestre<sup>11</sup>, e identificaram, inicialmente, mais de setecentas sementes de futuro – entre tendências de peso, incertezas e surpresas inevitáveis – em cinco dimensões: população e sociedade, geopolítica, ciência e tecnologia, economia e meio ambiente. Essas sementes foram reavaliadas e reagrupadas, totalizando, após depuração, pouco mais de duzentas delas e vinte e seis megatendências mundiais.

Com o propósito de deixar esta seção mais didática, as megatendências mundiais são apresentadas em cada uma das cinco dimensões e por meio de uma narrativa que sintetize a ação delas no futuro. Não há espaço para a apresentação também das sementes de futuro em cada uma dessas dimensões, o que justifica o foco naquelas de maior probabilidade de ocorrência (e/ou continuidade) – ou seja, das megatendências mundiais – e que traduzem a ideia força de sementes reagrupadas. Ressalta-se, ademais, que essas megatendências são transversais e se influenciam mutuamente. Não há como compreender a dimensão população e sociedade, por exemplo, sem olhar para as outras quatro dimensões.

A primeira dimensão é população e sociedade. Nela, são identificadas cinco megatendências mundiais, a saber: 1) crescimento da população mundial em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional; 2) intensificação de movimentos migratórios; 3) adaptação do papel dos Estados perante novos desafios sociais e populacionais; 4) intensificação da urbanização; e 5) empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada, com aumento da classe média em escala global. Em resumo, essas megatendências sinalizam para um futuro marcado por uma transição demográfica, com um novo perfil populacional: uma população mais velha, urbana, migrante e de classe média. Esse novo perfil, mais interconectado e empoderado, tende a exigir dos governos melhores políticas públicas e maior qualidade de vida (MARCIAL et al., 2015).

A segunda dimensão é a geopolítica. Há oito megatendências mundiais que compõem essa dimensão: 1) permanência da ideologia da globalização; 2) manutenção do déficit de governança global e imprevisibilidade das relações internacionais; 3) período de incerteza quanto à existência de convergência ou de conflito entre países no campo

da segurança internacional; 4) os Estados Unidos permanecerão como maior potência militar do mundo, com grande influência econômica e política; 5) a União Europeia envidará esforços para se manter como centro transnacional de influência; 6) crescimento da importância geopolítica e econômica da Ásia; 7) crescimento da importância geopolítica e econômica dos Brics; e 8) crescimento da influência dos Estados médios na geopolítica mundial. A narrativa central que perpassa essa dimensão é a redistribuição do poder global, com a ascensão relativa de novas potências, individual (China, por exemplo) ou coletivamente (Brics, por exemplo) e declínio relativo de potências tradicionais (como Estados Unidos e Europa). Prevalece, no entanto, grande incerteza com relação aos efeitos dessa redistribuição, se haverá mais cooperação ou mais conflito (MARCIAL et al., 2015).

A terceira dimensão é a ciência e tecnologia, na qual se identificam quatro megatendências mundiais: 1) aceleração do desenvolvimento tecnológico, multidisciplinar, com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas; 2) as tecnologias da informação e comunicação (TIC) continuarão modificando a natureza do trabalho, a estrutura de produção, de educação, de relação entre as pessoas e lazer; 3) crescimento dos investimentos em automação e robótica; e 4) crescimento dos investimentos e aplicação no campo da nanotecnologia e biotecnologia. A narrativa central dessa dimensão é que o avanço científico e tecnológico, impulsionado pela economia da inovação, poderá conduzir a humanidade para uma nova era. Nessa era, a automação, robótica, nanotecnologia e biotecnologia serão componentes indispensáveis da vida diária das pessoas, do trabalho ao lazer (MARCIAL et al., 2015).

A quarta dimensão é a economia, marcada por seis sementes de futuro: 1) crescimento econômico mundial, com maior concentração de renda, será sustentado pelos países emergentes; 2) desenvolvimento da economia da inovação está criando uma nova divisão social em países desenvolvidos; 3) aumento dos fluxos de capital em uma economia global interconectada, com novas regulamentações financeiras e bancárias; 4) a responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões da governança global; 5) crescimento da demanda por energia e de sua oferta por meio de uma matriz energética diversificada, com aumento do peso das energias renováveis; e 6) crescimento da demanda mundial por alimentos. A principal dúvida que norteia as megatendências na dimensão econômica é se a atual crise financeira global ensejará um novo modelo econômico, capaz de atenuar as distorções na distribuição do capital e da renda entre e nos países e de regulamentar as transações financeiras. Consonante a essa dúvida, há a preocupação com a maior pressão por energia, água e alimentos (MARCIAL et al., 2015).

Finalmente, a última dimensão é o meio ambiente. Verificam-se, nessa dimensão, três megatendências mundiais: 1) maior questionamento do modelo econômico atual sem uma visão compartilhada de uma alternativa de desenvolvimento sustentável; 2) aumento da pressão sobre os recursos hídricos; e 3) manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e aumento do debate sobre as questões relacionadas com as mudanças do clima. O comportamento agressivo ao meio ambiente de cidadãos e governos ao redor do mundo levou à degradação ambiental constante e à escassez de recursos naturais. Na au-

sência de um novo paradigma ambiental, embasado no desenvolvimento sustentável, permanece o risco de ocorrência de eventos climáticos extremos (MARCIAL et al., 2015).

De modo sintético, nos parágrafos anteriores, foram apresentadas as vinte e seis megatendências mundiais nas dimensões de população e sociedade, geopolítica, ciência e tecnologia, economia e meio ambiente. Tratam-se de eventos que marcarão ainda mais as próximas décadas. A questão que se interpõe diante dessas possibilidades de futuro é se a nova agenda de desenvolvimento proposta pela ONU está relacionada com as megatendências mundiais, uma vez que ambas contemplam o mesmo horizonte temporal, o ano de 2030, e detêm abrangência universal. Antes, porém, é preciso situar melhor os ODS na agenda das Nações Unidas, partindo dos precursores ODM, objetivo da próxima seção.

## DO “M” PARA O “S”: A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PÓS-2015

Os ODM adquiriram um significado histórico. Até então, nunca um conjunto de objetivos mundiais a serem alcançados por todos os países e em todos os níveis (internacional, nacional, regional e local) foram sistematizados em um único documento, com metas e indicadores claros para monitorá-los. Entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, chefes de Estado e de governo de 191 países reuniram-se na Cúpula do Milênio para renovarem compromisso com a paz, direitos humanos, democracia, boa governança, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza no século XXI. Tratava-se de uma ocasião para preparar a ONU para o novo século, mote que pode ser resumido na frase do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que prefacia a Declaração do Milênio, documento aprovado nessa: “A eles e àqueles que os elegeram, os povos do mundo, digo: só vós podeis decidir se a ONU estará à altura do desafio” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, s/p).

Convém destacar que os ODM constituem uma agenda voltada para o futuro. Especificamente, uma agenda destinada a lidar com a seguinte questão: como promover um futuro comum global baseado na responsabilidade de salvaguardar a dignidade humana? Do lampejo à materialização, valores como liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum<sup>12</sup> foram traduzidos em ações sistêmicas e relativamente coordenadas. Não obstante o propósito de anunciar ações para quinze anos, não houve propriamente um estudo prospectivo que tenha precedido os ODM.

Os objetivos foram idealizados nas grandes conferências internacionais realizadas nos anos 1990, sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos, desenvolvimento social etc., integrando os compromissos nelas acordados e definindo metas, prazos e indicadores para mensurar o progresso de cada país, região e comunidade. No máximo, na elaboração desses objetivos, foram realizadas inúmeras consultas nacionais, regionais e internacionais, envolvendo milhões de pessoas e uma amplitude de interesses – de governos, organizações da sociedade civil e atores privados. Não se pode precisar se os resultados dessas consultas foram analisados mediante ferramentas da prospectiva, com a identificação, por exemplo, de sementes de futuro, para refletir cientificamente sobre o futuro e auxiliar no planejamento estratégico da agenda onusiana.



A Declaração do Milênio refletiu as preocupações dos Estados em engendrar estratégias de combate à pobreza em suas múltiplas facetas (UNDP, online) e instituiu os ODM. No total, foram oito objetivos: 1) a erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) a promoção da educação primária universal; 3) a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher; 4) a redução da mortalidade infantil; 5) a melhoria da saúde materna; 6) o combate a HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7) a garantia da sustentabilidade ambiental; e 8) a promoção de uma parceria global para o desenvolvimento. Esses objetivos ainda se subdividem em 21 metas e 60 indicadores oficiais – não há espaço suficiente nem é o propósito desta seção detalhar cada um deles. Por fim, os objetivos, metas e indicadores adotam o ano de 1990 como data base e levam em consideração as assimetrias no desenvolvimento de países e regiões, adaptando a mensuração à divisão geográfica elaborada pela ONU.

Um balanço geral dos ODM permite constatar que a conveniência de impulsionar setores estratégicos de alguns Estados – expansão de mercados, abertura política, ampliação de acordos internacionais etc. –, em paralelo com a concepção de um horizonte comum entre eles, encorajaram o aprofundamento da cooperação. E dessa cooperação a formulação de uma agenda universal. Essa proposta prática de investimento no desenvolvimento mundial demandou uma parceria colaborativa global, agregando esforços de governos, de instituições nacionais e internacionais, de organizações não governamentais, do setor privado e da sociedade civil.

Todos objetivos e metas consubstanciados no compromisso mundial desses agentes para os subsecutivos quinze anos, contados a partir de 2000, obtiveram avanços significativos. Apesar desse progresso e do significado histórico dos ODM, o sucesso é parte de um todo. Há algumas lacunas persistentes. Um exemplo é que o aumento da representação parlamentar feminina em aproximadamente 90% de 174 países e a crescente participação das mulheres (41%) no percentual de trabalhadores remunerados não findaram a desigualdade entre gêneros no mundo<sup>13</sup>. Outro exemplo é que a diminuição percentual (14%) de pessoas vivendo com menos de U\$1,25 por dia ainda foi incapaz de retirar as demais 800 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza e de fome<sup>14</sup> (UN, 2015b).

Com a vinda do prazo final para a concretização dos ODM, a cooperação prorrogou. O ano de 2015 não marca o fim do “movimento antipobreza de maior sucesso da história” (UNDP, online), mas sim a expansão desse movimento, agora atrelado à preocupação de promover, simultânea e universalmente, o desenvolvimento sustentável. Uma nova agenda começou a ganhar forma na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, com o anúncio da criação de um painel intergovernamental para definir estratégias e ações no pós-2015, as quais culminariam nos ODS.

A exemplo do lançamento dos ODM, os *policymakers* da ONU aproveitaram uma data simbólica para a renovação e a extensão de compromissos outrora acordados: o septuagésimo aniversário da organização. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, foram anunciados, oficialmente, os novos objetivos de desenvolvimento para os próximos quinze anos, os ODS, com o documento intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. O ineditismo com que se apresentou essa nova agenda onusiana é um traço marcante desse documento,

assim como a grandiloquência da decisão adotada<sup>15</sup>. Tal postura pode ser justificada para renovar e reforçar a importância política de se ter uma orientação futura comum e compartilhada por todos, das Nações Unidas a cidadãos.

Os novos objetivos, mais uma vez, conclamaram nações desenvolvidas e em desenvolvimento, instituições e organizações (governamentais e não governamentais), empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil para agir em seus países de origem e em prol dos demais para conquistar os denominados 5 Ps da nova agenda: a) pessoas; b) planeta; c) parcerias; d) prosperidade; e d) paz. Esses 5 Ps sintetizam os 17 ODS – que serão tratados no parágrafo seguinte – fixados pela Agenda 2030. Com subdivisões em 169 metas<sup>16</sup>, a agenda ainda dispõe de uma seção de mecanismos de implementação e parcerias globais, seguido de outra de acompanhamento e revisão sistemática da implementação (PNUD, online). Esse acompanhamento deve ser realizado sob a tutela do *High-Level Political Forum* (HLPF), uma plataforma da ONU adotada em 2015 que pretende executar revisões temáticas de implementação e avaliações nacionais (UN, 2016).

Com desígnio mais instrutivo que exaustivo, cabe aqui enumerar os dos objetivos prescritos pela Agenda 2030:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível de energia para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (UN, 2015, p. 14, tradução nossa).

A articulação entre os objetivos e suas metas deixa evidente a integração e indivisibilidade entre ambos. Eles também consideram as realidades heterogêneas de cada Esta-

do, respeitando as potencialidades de desenvolvimento e as suas prioridades internas. Há uma concessão de autonomia aos países no planejamento de políticas e estratégias nacionais ao incorporarem os ODS. Isso é favorecido pelo fato de não haver, necessariamente, uma priorização desses objetivos, embora a Agenda 2030 reconheça que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões – portanto, o primeiro e segundo objetivos enumerados no parágrafo anterior – seja o maior desafio global. Outra questão que convém mencionar é que, a exemplo dos ODM, não parece que os ODS foram embasados por um estudo prospectivo; as consultas que os precederam apenas tiveram maior amplitude geográfica, institucional e individual.

Uma comparação entre os ODM e os ODS propicia uma constatação elementar. As duas agendas não se distanciam: trata-se de um guia comum para seguir por um caminho de progressos, porém, com resultados ainda inconclusos – em casos extremos a realidade anuvia a expectativa como, por exemplo, na República Centro Africana, onde 47,7% da população estão subnutridas (FAO, 2015). Os ODS assimilam os ODM – o primeiro ODM, a título de ilustração, foi subdividido nos primeiro e segundo ODS – e ampliam os compromissos onusianos para os próximos quinze anos – com objetivos e metas genuinamente novos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Os novos objetivos, na verdade, aproveitaram o elã descendente dos predecessores, propuseram-se a avançar nos objetivos não auferidos e aperfeiçoaram as três dimensões do desenvolvimento sustentável<sup>17</sup>: a econômica, a ambiental e a social.

De certa forma, o aperfeiçoamento dos objetivos é fortalecido tanto pela intensificação dos próprios desafios identificados pelos ODM quanto pelas complexidades atuais emergidas na modernidade. Os ODS então reforçam a ideia de uma metamorfose no que tange à exploração de recursos, ao direcionamento da expansão tecnológica e dos investimentos econômicos e sociais.

Disposto nesta seção e nas precedentes, as análises histórica e comparada de ambas agendas de desenvolvimento, a aproximação entre a Prospectiva Estratégica e as Relações Internacionais e a descrição das megatendências mundiais 2030 proporcionam conhecimentos para uma ultimação. Essa, por sua vez, poderá ser compreendida na seção subsequente para responder a interpelação chave deste artigo: afinal, há ou não uma conexão entre as megatendências mundiais 2030 e os ODS?

## OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CAMINHAM PARA O FUTURO?

Se for possível uma resposta categórica para a pergunta do título desta última seção e do último parágrafo da seção anterior, ambas seriam afirmativas. Há uma interação entre as megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e estes vislumbram um futuro realizável nos próximos quinze anos. Esta afirmação inicial, no entanto, necessita ser sopesada. Trata-se de uma interação mais formal do que substantiva, partindo da suposição de que os ODS não estão amparados em um estudo prospectivo ou do emprego de conceitos da Prospectiva Estratégica em sua elaboração. Não se pretende afirmar, com isso, que a metodologia prospectiva é infalível, e sim que

a concepção dos ODS está, essencialmente, ligada à percepção de que o futuro é uma extrapolação linear do passado recente. E esse passado demonstra que, apesar de avanços importantes, os ODM não foram concretizados no prazo estabelecido e a maior parte de seus compromissos foram prorrogados para 2030. Com efeito, a ONU parece ter lançado uma nova agenda como uma versão melhorada e ampliada da anterior, procurando corrigir erros passados, incorporar necessidades presentes e reforçar o significado das decisões históricas acerca do futuro.

Uma maneira de demonstrar esta interação nesta seção é entrecruzar megatendências mundiais com ODS. Recordar-se que ambos são transversais, na medida em que eles se afetam reciprocamente. Não se pretende realizar esse entrecruzamento de maneira exaustiva, e sim construir uma narrativa que seja capaz de exemplificar a interação entre megatendências e ODS, identificando convergências e divergências.

A primeira megatendência mundial da dimensão população e sociedade, qual seja o crescimento da população mundial em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional, está relacionada com os quatro primeiros ODS: a erradicação da pobreza em todas as suas formas e lugares; a erradicação da fome, o alcance da segurança alimentar e da melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável; a garantia de uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades; a garantia da educação inclusiva e equitativa de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Um novo perfil demográfico, com uma população mundial provavelmente superior a oito bilhões de habitantes e uma elevação da população idosa, demandará atenção ao que a própria ONU considera o maior desafio global: a erradicação da pobreza extrema em todas as suas formas, passando pelo combate à fome e pela melhoria da educação, ao tempo em que se resguarda dimensão social da agenda da sustentabilidade.

Um mundo mais populoso, por sua vez, pressionará os recursos naturais e energéticos, despertando o alerta sobre um futuro período de escassez<sup>18</sup>. Não obstante o tom alarmista (e necessário), há oportunidades para se explorar. Nesse sentido, pode-se constatar relação entre a primeira megatendência da dimensão população e sociedade com a primeira megatendência da dimensão ciência e tecnologia, qual seja, a aceleração do desenvolvimento tecnológico multidisciplinar, com aplicações cada vez mais integradas. É preciso equacionar o desenvolvimento científico e tecnológico com o crescimento populacional, de tal forma que viabilize o cumprimento dos ODS anteriores e lide com o problema da escassez de recursos. Em particular, convém correlacionar essa primeira megatendência da dimensão ciência e tecnologia com outros quatro ODS específicos: a garantia do acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível de energia para todos; a construção de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento da inovação; e a garantia de padrões de produção e de consumo sustentáveis.

A maior pressão sobre os recursos advinda do crescimento populacional e as oportunidades propiciadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico afetam a dimensão econômica. Nessa dimensão, duas megatendências podem evidenciar tal situação: o crescimento econômico mundial, com maior concentração de renda, será sustentado pelos países

emergentes, que são – e continuarão a ser – os principais responsáveis pelo crescimento populacional; e o desenvolvimento da economia da inovação criará uma nova divisão social em países desenvolvidos, demonstrando que a detenção e acessibilidade ao conhecimento científico e tecnológico altera as dinâmicas da sociedade em qualquer local do mundo. Essas megatendências refletem-se, notadamente, em dois ODS: a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos; e a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles.

A retórica da sustentabilidade perpassa todos os ODS e converge com a primeira megatendência mundial ambiental: o maior questionamento do modelo de crescimento atual sem uma visão compartilhada de alternativa de desenvolvimento sustentável. Na verdade, essa megatendência aparenta ser uma das principais condicionantes da promoção integral de todos os ODS. Sem uma mudança substantiva no atual modelo de crescimento, é pouco provável a concretização dos dezessete objetivos. Até o momento, os esforços, no esteio das Convenções do Clima da ONU (ou Conferências das Partes – COPs), foram direcionados para um grande acordo climático, que reduzisse as emissões de gases estufas e contivesse os efeitos do aquecimento global. Isso foi alcançado, pelo menos em princípio, na COP-21, realizada em Paris, em dezembro de 2015, e é importante para a concretização de um ODS específico, qual seja a adoção de medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

A questão de um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável é mais complexa. Não se trata, necessariamente, de um modelo único que imponha aos países medidas a serem implementadas em benefício do desenvolvimento sustentável, desconsiderando quaisquer assimetrias entre eles. Reconhece-se, no próprio documento “Transformando nosso mundo”, a existência de diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para que os países promovam o desenvolvimento sustentável. O problema é falta de definição – ou de incentivo à definição – de parâmetros minimamente comuns e específicos para essa finalidade. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável é o fim, mas não estão claros os meios para ações coordenadas que possibilitem alcançá-lo. Há, aqui, uma divergência entre as megatendências e os ODS, que pode ser considerada substantiva, em que as ações não são necessariamente propositivas e conjuntas para o alcance de um fim comum. Mesmo as metas dos ODS são demasiadamente genéricas para superar essa lacuna. Daí permanecem os questionamentos ao modelo de crescimento vigente, sem a proposição de uma alternativa que o substitua.

Outra dissonância substantiva pode ser verificada na dimensão geopolítica. Uma das megatendências mundiais nessa dimensão considera que persistirá o déficit de governança global e a imprevisibilidade das relações internacionais até 2030. Uma vez que essa situação persista, torna-se natural o questionamento: como cumprir a nova agenda onusiana e atingir os ODS? A governança global determina as possibilidades e os limites de qualquer decisão apresentada como histórica e inédita. Conquanto um dos ODS seja endereçado ao fortalecimento dos meios de implementação e à revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, suas metas focam-se na adoção e/ou intensificação de medidas cooperativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Apenas uma meta do ODS 16 – promoção de sociedade pacíficas e inclusivas, acesso à justiça e

construção de instituições eficazes – destina-se a enfrentar o déficit da governança, com a ampliação e o fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento nas instituições internacionais<sup>19</sup>.

A problemática da governança global não é absolutamente nova, porém, está se acentuando cada vez mais. Há um estudo prospectivo, decorrente de uma parceria entre o National Intelligence Council (NIC) e o European Union Institute for Security Studies (EUISS), que analisa exatamente essa problemática (EUISS; NIC, 2010), considerando que, em 2025, a governança global estará em uma “conjuntura crítica”. A principal razão para isso, já identificável no presente e que tende a se intensificar no futuro, é a diversificação e a complexidade de temas na agenda internacional, que superam a capacidade dos Estados e das organizações internacionais de lidar com eles. Uma complicação adicional a essa conjuntura crítica são as alterações no poder global, com a ascensão de potências emergentes que podem reivindicar um lugar de destaque na política mundial. A característica central desses processos é a instabilidade, que tanto pode ser reorganizadora da governança quanto disseminadora de conflitos. Essa é uma das problemáticas mais debatidas nas Relações Internacionais.

Se, nos parágrafos anteriores, foi possível analisar os ODS à luz de ferramentas da Prospectiva Estratégica, de modo mais circunscrito ao nível da decisão, passa-se, agora, a considerações complementares das Relações Internacionais. Todas as decisões, incluindo o estabelecimento dos ODS, não são a-históricas e tampouco neutras. Elas refletem interesses, expectativas, entendimentos e conhecimentos entre os agentes do processo decisório – sejam indivíduos, como o Secretário Geral das Nações Unidas e chefes de Estado e de governo, sejam países e organizações, representados por meio de suas burocracias administrativas. Faz-se necessário, portanto, investigar, em princípio, quais são e como são formados, historicamente, os interesses, expectativas, entendimentos e conhecimentos dos agentes proponentes dos ODS. Essa investigação permite compreender, por exemplo, se foi a própria ONU que encampou essa agenda ou se houve o protagonismo específico de algum país ou indivíduo, procurando sobrepor a própria visão de mundo aos demais.

Nesse sentido, a compreensão da natureza e comportamento dos agentes possibilita identificar as origens das práticas políticas que moldam a nova agenda onusiana. Se o futuro deixa sinais no passado e no presente, e considerando que as decisões extrapolam o próprio processo decisório, o emprego de conceitos e teorias das Relações Internacionais contribui para a reflexão sobre os próximos anos. Toda prática, por sua vez, não existe nem tem finalidade em si mesma; ela existe e adquire significado em estruturas socialmente compartilhadas pelos agentes. No caso dos ODS, as práticas esperadas dos agentes são concebidas em função de um futuro sustentável comum em 2030 – isto é, uma estrutura socialmente compartilhada –, cujos interesses, expectativas, entendimentos e conhecimentos estão atrelados, em síntese, aos 5 Ps (pessoas, planeta, parcerias, prosperidade e paz). A estrutura, constituída e eventualmente modificada pelos agentes, constrange, simultaneamente, o comportamento deles. E, por se tratar de um processo contínuo, a reflexão deve ser contínua.

Obviamente, não se afirma que esse constrangimento é incondicional e que todos os ODS provavelmente serão cumpridos. A própria investigação da formação histórica dos

interesses, expectativas, entendimentos e conhecimento de determinados agentes pode indicar o contrário, embora eles tenham assumido o compromisso com a nova agenda onusiana. O argumento, aqui, é que uma análise por meio de conceitos e teorias das Relações Internacionais, ao extrapolar o ambiente decisório, permite melhor compreender a tomada de decisões, as peculiaridades dos agentes e das estruturas e suas respectivas interações. Além disso, é uma possibilidade de alargar estudos prospectivos, introduzindo constantemente problemáticas às possibilidades de futuro. As megatendências mundiais 2030, por exemplo, ainda que sejam eventos em curso e com alta probabilidade de ocorrência e/ou de intensificação, não traduzem uma ideia estanque de futuro. Se haverá ou não uma reversão desse curso, ou quando o evento ocorrerá ou se intensificará, pode ser providenciada com base no estudo sobre o comportamento dos agentes.

As megatendências mundiais 2030 e os ODS estão, portanto, relacionados de modo formal, não necessariamente de modo substantivo. Os dezessete objetivos não aparentam estar fundamentados em um estudo prospectivo. As duas principais lacunas da nova agenda da ONU são a ausência de parâmetros minimamente comuns e específicos para um modelo de desenvolvimento sustentável e a falta de tratamento da problemática da governança global. Além disso, para melhor compreensão do ambiente futuro, faz-se necessário utilizar, concomitantemente, as ferramentas da Prospectiva Estratégica e conceitos e teorias das Relações Internacionais.

## CONCLUSÃO

O futuro é uma construção que existe primeiramente nos agentes e que é causa e consequência de seus relacionamentos. Ele não acontece simplesmente em determinado momento. O ano de 2030 já começou. O futuro se concebe na reflexão, e refletir é agir. A Prospectiva Estratégica pode providenciar uma reflexão organizada sobre o futuro e as Relações Internacionais podem adicionar problemáticas constantes a essa reflexão, como este artigo procurou demonstrar na primeira seção. Há, dessa forma, uma complementaridade entre essas duas jovens disciplinas que necessita ser mais bem explorada em estudos e pesquisas científicas.

Uma das maneiras de refletir organizadamente sobre o futuro foi proporcionada pela obra de Marcial et al. (2015), ao identificar sementes de futuro em diversos estudos prospectivos internacionais. Após trabalho de seleção e de reagrupação entre sementes de futuro, os autores definiram 26 megatendências mundiais para o ano de 2030 em cinco dimensões: população e sociedade, geopolítica, ciência e tecnologia, economia e meio ambiente. Essas megatendências reproduzem eventos com alta probabilidade de ocorrência ou intensificação nas próximas décadas e que utilizam ferramentas da Prospectiva Estratégica em sua concepção.

Como as megatendências são mundiais e focam no ano de 2030, recorreu-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que detêm a mesma natureza e prazo de concretização, como um caso para estudar melhor as possibilidades de futuro. Primeiramente, procurou-se situar a criação dos ODS no âmbito de uma agenda mais extensa da ONU, que já havia adquirido forma no decorrer dos anos 1990 e que atingiu o ápice com

os ODM em 2000. Os ODS prorrogam prazos outrora não cumpridos, retomam e reforçam a preocupação com a sustentabilidade na agenda do desenvolvimento e impõem metas mais ambiciosas – ou ampliam metas anteriores – para 2030. Na sequência, avaliou-se a interação entre as megatendências mundiais e os ODS, cuja principal constatação é que há articulação mais de forma do que de conteúdo entre eles. E essa articulação é marcada por duas grandes ausências na nova agenda onusiana, prejudiciais ao cumprimento dos dezessete objetivos no prazo estabelecido: a falta de parâmetros para um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável e a falta de iniciativas para melhorar e fortalecer a governança global.

Neste artigo, não se pretendeu realizar uma análise exaustiva das megatendências mundiais 2030 e dos ODS, e sim propor uma reflexão preliminar e panorâmica sobre os temas em tela. Espera-se que ele estimule o desenvolvimento de estudos e pesquisas mais específicos sobre cada uma das megatendências mundiais ou de cada um dos objetivos, se possível, incorporando ferramentas da Prospectiva Estratégica e conceitos e teorias das Relações Internacionais, cuja sinergia representa uma potencialidade necessária a ser cada vez mais explorada.

#### Notas

- 1 Esta assertiva é corroborada por Godet e Durance (2011, p. 19): “Qualquer forma de predição do futuro é uma impostura. O futuro não está escrito, é necessário construí-lo. O futuro é múltiplo, indeterminado e aberto a uma grande variedade de futuros possíveis. O que se vai passar amanhã depende menos de tendências pesadas que se imporiam fatalmente aos homens do que das políticas levadas a cabo por estes face a essas tendências.”
- 2 Gaston Berger é considerado o pai da prospectiva, com a publicação de um artigo seminal intitulado *Ciências humanas e previsão*, em 1957, e do livro *A atitude prospectiva*, em 1958. Já as Relações Internacionais surgiram em 1919, com a criação do primeiro departamento e cátedra do curso na Universidade de Gales, em Aberystwyth.
- 3 Até o momento, algumas análises são fundamentadas por estudos prospectivos, particularmente o *Global Trends*, publicado pelo *National Intelligence Council*, como é o caso de Nye (2012), Haggard (2013), Armijo e Roberts (2014), entre outras. Poucos são os estudos, como é o de Han (2011) e Barma et al. (2016), que propõe uma análise à luz de ferramentas da prospectiva ou uma metodologia prospectiva às ferramentas teórico-conceituais existentes em determinada área do conhecimento.
- 4 Godet e Durance (2011, p. 26) definem um cenário prospectivo como “um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e pela cadeia de acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura”.
- 5 Lapid (1989) pondera que há apenas três Grandes Debates, enquanto Brown (2007) cogita a possibilidade de um quinto debate. Independente do número de debates a ser considerado, o último deles, em qualquer perspectiva, coloca em lado opostos racionalistas (ou positivistas) e reflexivistas (ou pós-positivistas).
- 6 Convém a este artigo três destas sementes e, portanto, fazem-se necessárias as seguintes definições: a) tendência de peso: eventos com alta probabilidade de ocorrência, já que sua direção e sentido estão suficientemente consolidados, podendo-se admitir a sua permanência em um período de tempo considerado; b) incertezas críticas: eventos que apresentam sinais ínfimos no passado, pouco percebidos, mas imensos em potencialidades, embora não se possa precisar quando ocorrerão e que efeitos causarão; e c) surpresas inevitáveis: eventos com ocorrência previsível, haja vista que se manifestam por meio de outras sementes de futuro, mas incertos quanto as suas consequências.
- 7 Apenas para informação geral, sem maiores detalhamentos, exemplifica-se esta assertiva pelo método da *Global Business Network* (GBN), que constrói cenários prospectivos baseados em incertezas críticas.
- 8 Qualquer discussão teórica seria superficial nesta seção, o que justifica levar em consideração teorias e conceitos provenientes do último Grande Debate de maneira sintética, como perspectivas reflexivistas



(ou pós-positivistas) – aqui, assumindo a diversidade entre elas, mas reunindo-as em uma unidade semântica –, e concentrar em pontos de convergência entre elas.

- 9 Para um entendimento mais aprofundado do debate agente e estrutura, ver Wight (2006).
- 10 Ressalta-se que a bibliografia consultada é eminentemente ocidental, o que pode gerar um olhar enviesado sobre o futuro. Esta delimitação metodológica, no entanto, decorre da própria restrição científica na elaboração de estudos prospectivos sistêmicos, pensando no âmbito global, seja holisticamente – a exemplo do já mencionado *Global Trends*, do *National Intelligence Council* –, seja por meio de uma área específica – como o *OECD-FAO agricultural outlook 2014-2023*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). A preocupação com o viés é demonstrada continuamente por Marcial et al. (2015).
- 11 Esses valores são considerados imprescindíveis para as relações internacionais, conforme se afirma na própria Declaração do Milênio (NAÇÕES UNIDAS, 2000).
- 12 Conforme a avaliação final dos progressos para alcançar os ODM, em uma análise comparada ao gênero masculino, elas ainda são possuintes de uma maior propensão a viver na pobreza e sofrer discriminação em diversos setores (UN, 2015c).
- 13 O último relatório publicado, além de orientar que o nítido avanço nas metas não ocultou o progresso desigual entre os países, apresentou que os conflitos estão entre as maiores ameaças ao desenvolvimento humano (UN, 2015c).
- 14 Este apelo ao ineditismo e à grandiloquência pode ser comprovado, por exemplo, no seguinte trecho do documento: “*Today we are also taking a decision of great historic significance. We resolve to build a better future for all people, including the millions who have been denied the chance to lead decent, dignified and rewarding lives and to achieve their full human potential. We can be the first generation to succeed in ending poverty; just as we may be the last to have a chance of saving the planet. The world will be a better place in 2030 if we succeed in our objectives*” (UN, 2015, p. 12).
- 15 Dentre as metas distribuídas pelos 17 objetivos, destacam-se aqui: a) a redução até 2030 dos fluxos financeiros e de armas ilegais, juntamente com o reforço na recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado; b) o combate à desertificação, à restauração da terra e do solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e à luta para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo; c) a redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; e d) a criação de marcos políticos sólidos, nacional, regional e internacionalmente, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza (UN, 2015a).
- 16 A título de esclarecimento, não cabe ao trabalho discutir sobre as variáveis do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, utiliza-se o conceito estabelecido pelo Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9): “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades; não esgotando os recursos para o futuro”.
- 17 Um dos termos atuais que denota essa pressão é o nexo água-energia-alimento, questão que está presente em duas megatendências mundiais econômicas. De acordo com o relatório de 2014 da UN Water (2014), a agricultura é a maior usuária de água, respondendo por 70% do consumo global, enquanto a produção e o fornecimento de alimentos são responsáveis por 30% do consumo global de energia. O National Intelligence Council (NIC), na última publicação do *Global Trends*, apresentou dados que reforçam a preocupação com a escassez desses recursos: a demanda por alimento, água e energia aumentará, respectivamente, 35%, 40% e 50% em 2030 (NIC, 2012).
- 18 Essa participação ainda é tímida e incorporada muito gradualmente, ainda que, no final de 2015, o Congresso dos Estados Unidos finalmente tenha aprovado a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), elevando a quota de votação somada dos países emergentes de 42,1% para 44,7%, enquanto a do G-7 diminuirá de 43% para 41,2%.

## Referências

ARMIJO, Leslie E.; ROBERTS, Cynthia. The emerging powers and global governance: why BRICS matter. In: LOONEY, Robert (Org.). *Handbook of emerging economies*. Nova Iorque: Routledge, 2014. p. 503-524.

- BARMA, Naazneen H.; DURBIN, Brent; LORBER, Eric; WHITLARK, Rachel E. Imagine a world in which: Using scenarios in political science. *International Studies Perspectives*, v. 17, n. 2, 2016.
- BOOTH, Ken. *Theory of world security*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.
- BROWN, Chris. Situating critical realism. *Millennium: Journal of International Studies*, Londres, v. 35, n. 2, p. 409-416, 2007.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981..
- DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin. The end of international relations theory?. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 405-425, 2013.
- EUISS; NIC. European Union Institute for Security Studies; National Intelligence Council. *Global governance 2025: at a critical juncture*. Paris: NIC; EUISS, 2010. Disponível em: <[www.iss.europa.eu/uploads/media/Global\\_governance\\_2025.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Global_governance_2025.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2011.
- FAO. Food and Agriculture Organization of United Nations. *The state of food insecurity in the world 2015*. Roma, FAO, 2015. In: Disponível em: <[www.fao.org/3/a4ef2d16-70a7-460a-a9ac-2a65a533269a/i4646e.pdf](http://www.fao.org/3/a4ef2d16-70a7-460a-a9ac-2a65a533269a/i4646e.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2016.
- GODET, Michael. *Scenarios and strategic management*. Londres: Butterworths Scientific, 1987.
- GODET, Michael; DURANCE, Philippe. *A prospectiva estratégica: para as empresas e os territórios*. Paris: Dunod; Unesco, 2011.
- GONÇALVES, Williams da Silva. Relações Internacionais. *Site do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS*, Porto Alegre, p.1-38. 2003.
- GRIFFITHS, Martin. Worldviews and IR theory: conquest or coexistence? In: GRIFFITHS, Martin (Org). *International relations theory for twenty-first century: an introduction*. Nova Iorque: Routledge, 2007, p. 1-10.
- HAGGARD, Stephen. Liberal pessimism: international relations theory and the emerging powers. *Asia & the Pacific Policy Studies*, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2014.
- HA, Dong-ho. Scenario construction and its implications for International Relations research. *The Korean Journal of International Studies*, v. 9, n. 1, p. 39-65, 2011.
- JABRI, Vivienne. Reflections on the study of international relations. In: SALMON, T. C.; IMBER, M. F. (Org.). *Issues in International Relations*. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 11-32.
- LAPID, Youssef. The Third Debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era". *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.
- MARCIAL, Elaine C. *Análise estratégica: estudos de futuro no contexto da inteligência competitiva*. Brasília: Thesaurus, 2011. 2v.
- MARCIAL, Elaine C. et al. *Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?* Brasília: Ipea, 2015.
- NAÇÕES UNIDAS. A/RES/55/2. *Declaração do milênio*. Nova Iorque, Nações Unidas. Disponível em: <[www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf](http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- NIC. National Intelligence Council. 2012. *Global trends 2030: alternative worlds*. Washington, NIC. Disponível em: <<http://goo.gl/8gj14U>>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- NYE, Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: os objetivos do desenvolvimento sustentável. dos ODM aos ODS. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- SCHWARTZ, Peter. *Cenários surpresas inevitáveis*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *The art of long view: planning for the future in an uncertain world*. Nova Iorque: Doubleday, 1996.

TICKNER, Ann J. You just don't understand: troubled engagements between Feminists and IR Theory. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

UN WATER. *The United Nations World Water Development 2014. Water and energy*. Paris, Unesco, 2014. Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/images/022/002257/225741E.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/022/002257/225741E.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2016.

UN. United Nations. A/70/1. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova Iorque, UN. 2015a. Disponível em: <[www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)>. Acesso em: 12 out. 2015a.

\_\_\_\_\_. *Sustainable Development Goals. FACT SHEET*. In: Disponível em: <[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8326Factsheet\\_SummitPress\\_Kit\\_final.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8326Factsheet_SummitPress_Kit_final.pdf)>. 2015b. Acesso em: 01 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. 2016. *Sustainable Development Knowledge Platform*. In: Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>>. 2016. Acesso em: 28 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. *The Millennium Development Goals Report 2015*. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015\\_MDG\\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20%28July%201%29.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20%28July%201%29.pdf)>. 2015c. Acesso em: 24 dez. 2015.

UNDP. United Nations Development Programme. 2015. *MDGs produced most successful anti-poverty movement in history: UN report*. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/pressreleases/2015/07/06/mdg-s-produced-most-successful-anti-poverty-movement-in-history-un-report.html>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. *International Security*, v. 20, n. 1, p. 71-81, 1995.

WIGHT, Colin. *Agents, structures and international relations: politics as ontology*. Nova Iorque: Cambridge Press University, 2006.

\* Recebido em: 15.10.2016. Aprovado em: 04.11.2016. Uma apresentação inicial deste artigo foi realizada no Seminário de Relações Internacionais da Faculdade Asces, que ocorreu entre os dias 22 e 23 de outubro de 2015, em Caruaru, e teve como tema A Agenda Global de Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas Pós-2015. Os autores agradecem, em particular, aos professores desta instituição Marconi Aurélio e Silva, Lucas Galindo e Fábio Nobre pelos comentários feitos na apresentação.

GIOVANNI HIDEKI CHINAGLIA OKADO

Professor no curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: [giovanni.okado@gmail.com](mailto:giovanni.okado@gmail.com)

LARISSA QUINELLI

Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Goiás. Coadministradora da Comunidade de Internacionais. E-mail: [larissaquinelli@hotmail.com](mailto:larissaquinelli@hotmail.com)